



PORTARIA Nº 873 de 16 de novembro 2017

Outorga a Marfrig Global Foods S/A, o direito de uso dos Recursos Hídricos para captação de água em reservatório formado a partir do barramento localizado no Córrego Tapera.

A Secretária Adjunta de Licenciamento Ambiental e Recursos Hídricos, **Mauren Lazzaretti**, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 254 de 25 de Abril de 2016, e

Considerando os Termos da Lei Estadual nº 6.945 de 05 de novembro de 1997, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos;

Considerando o Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007, que regulamenta o regime de outorga de águas no Estado de Mato Grosso;

Considerando a Resolução CEHIDRO nº 27, de 09 de julho de 2009, que estabelece critérios para emissão de outorga superficial de rios de domínio do Estado de Mato Grosso;

Considerando a Instrução Normativa nº 05, de 22 de agosto de 2017, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para os processos de outorga de uso de Recursos Hídricos de água de domínio do Estado de Mato Grosso;

Considerando o Parecer Técnico Nº 112456/GOUT/CCRH/SURH/2017, de 13 de novembro de 2017, acostado às fls. 85/86/87, (f/v), do processo SAD Nº 517783/2016.

RESOLVE:

Art. 1º Outorgar a Marfrig Global Foods S/A, inscrito no CNPJ nº: 03.853.896/0005-73, doravante denominada Outorgada, o direito de uso dos recursos hídricos para captação de água em reservatório formado a partir do barramento localizado no Córrego Tapera, com a finalidade atendimento das atividades industriais (abate de bovinos), localizada no Município de Tangará da Serra/MT, na Unidade de Planejamento e Gerenciamento P-2 - Alto Paraguai Médio, com as seguintes características:

I - Captação superficial no reservatório formado a partir do barramento localizado no Córrego Tapera, na Coordenada geográfica: 14°35'25,36"S de Latitude Sul e 57°35'44,61"W de Longitude Oeste - DATUM: SIRGAS2000; e vazão máxima de captação de 120 m³/h (0,03333 m³/s ou 33,33 L/s), durante 24 horas por dia e todos os dias do ano, totalizando um volume máximo anual de 1.035.763,2 m³.

II - A Outorgada deverá realizar o monitoramento diário das vazões a jusante do barramento, mantendo a vazão remanescente de, no mínimo, 0,2843 m³/s;



III - A Outorgada deverá implantar e manter em funcionamento equipamentos de medição para monitoramento contínuo das vazões captadas. Os equipamentos deverão estar instalados para a operação do sistema de captação;

IV - A Outorgada deverá encaminhar anualmente a Coordenadoria de Controle de Recursos Hídricos - CCRH da SEMA/MT o relatório das medições captadas mensalmente e das vazões monitoradas a jusante do reservatório.

V - A outorga concedida à MARFRIG GLOBAL FOODS S/A, conforme Portaria Nº 388 de 14 de junho de 2016, publicada no DOE na mesma data, com validade até 02 de junho de 2020 permanece em vigor, devendo ser observados integralmente os itens que a compõe

Art. 2º A outorga objeto desta Portaria, vigorará até **02 de junho de 2020**, podendo ser suspensa parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, além de outras situações previstas na legislação pertinente, nos seguintes casos:

I - descumprimento das condições estabelecidas no art. 1º desta Portaria;

II - conflito com normas posteriores sobre prioridade de usos de recursos hídricos;

III - incidência no art. 18 e incisos I e II do art. 12 do Decreto nº 336, de 06/06/2007;

IV - indeferimento ou cassação de licença ambiental.

Parágrafo único. Para minimizar os efeitos de secas, o uso outorgado poderá ser racionado, conforme previsto no art. 20 e seus parágrafos, do Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007.

Art. 3º Esta outorga poderá ser revista, além de outras situações previstas na legislação pertinente:

I - quando os estudos de planejamento regional de utilização dos recursos hídricos indicarem a necessidade de revisão das outorgas emitidas;

II - quando for necessária a adequação dos planos de recursos hídricos e a execução de ações para garantir a prioridade de uso dos Recursos Hídricos.

Art. 4º A Outorgada responderá civil, penal e administrativamente, por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer de presente outorga.

Art. 5º Esta Portaria não dispensa nem substitui a obtenção, pela Outorgada, de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

Art. 6º A Outorgada é responsável pelos aspectos relacionados à segurança da barragem, devendo assegurar que seu projeto, construção, operação e manutenção sejam executados por profissionais legalmente habilitados.

Art. 7º Esta outorga poderá ser renovada mediante apresentação de requerimento à SEMA/MT, dentro do prazo de validade da outorga vigente.



Art. 8º O uso dos recursos hídricos, objeto desta outorga, poderá estar sujeito à cobrança, nos termos dos art. 13 e 14 da Lei Estadual nº 6.945, de 05 de novembro de 1997.

Art. 9º. A Outorgada se sujeita a fiscalização da SEMA/MT, por intermédio de seus agentes ou prepostos indicados, devendo franquear-lhes o acesso ao empreendimento e à documentação relativa à outorga emitida por meio desta Portaria.

Art. 10. Esta outorga não autoriza a instalação do empreendimento ou mesmo as obras necessárias para realizar as captações, sendo estes passíveis de licenciamento ambiental.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cuiabá/MT, 16 de novembro de 2017.

REGISTRADA,
PUBLICADA,
CUMPRA-SE.

MAUREN LAZZARETTI

Secretária Adjunta de Licenciamento Ambiental e Recursos Hídricos
SEMA/MT

